

ÁGUA MOLE EM PEDRA DURA... TANTO BATE ATÉ QUE FURA!

VALDO BARCELOS*

De todos os problemas ambientais contemporâneos, um tem recebido especial atenção não apenas das autoridades governamentais como, também, das entidades da sociedade civil. E esta atenção unânime se deve ao consenso de que estamos muito próximos de um grave colapso. Trata-se da água doce disponível no planeta terra. Esse aspecto da crise ecológica será abordado, a seguir, neste ensaio, como um convite à reflexão de todos àqueles e àquelas que, mesmo exercendo uma atividade acadêmica e científica, aceitam o desafio de construir um conhecimento que seja científico, sem deixar de ser sensível; que mesmo sendo acadêmico, não tenha medo do não erudito; que embora se pretenda construtor de “verdades”, não as tenha como as únicas nem definitivas. Enfim, um conhecimento que não aceite ser “descolado” da vida nas suas manifestações subjetivas e fantasmagóricas.

* Prof. Dr. em Educação. UFSM-CE-GEPEIS (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social).

INTRODUÇÃO

*Quando a água desaparecer que será do
homem, que será das coisas, dos verdes e
bichos? Que será de Deus?*

[Mário Quintana, 2001]

O título deste artigo não foi escolhido por mero acaso. Muito menos tem a intenção de ser demagógico com aquilo que alguns denominam de cultura popular. Não. A escolha foi muito bem pensada e espero que sua pertinência fique devidamente explicitada no decorrer do ensaio.

O querido e sensível poeta gaúcho Mário Quintana, pouco antes de deixar o mundo dos vivos, escreveu uma série de textos em que o tema “inspirador” era nada mais nada menos que a água. Isto mesmo: água. O poeta Quintana tinha uma preocupação muito grande com o mundo em que vivia. Era, à sua maneira e ao seu jeito, um ecologista. Sua morada era um pequeno apartamento de hotel em uma grande cidade (Porto Alegre). Sua casa, no entanto, era o mundo.

Após reunir esses textos, ele chamou a Curadora do Acervo Mário Quintana – Elena Quintana de Oliveira – e fez a ela um pedido emblemático: “essa não é obra para ficar na história da literatura”. Sua preocupação era com o olhar descolorido que, não raro, é hegemônico na comunidade dos/das críticos/as dessa área. Disse para a curadora: “ai que um eles – os textos – caia nas mãos dos críticos”. Mario Quintana não se cansava de desafiar os cânones burocráticos e acadêmicos que insistem em colocar “grades” e “algemas” na imaginação do poeta. Essa era uma preocupação constante de Mário Quintana. Para ele

*O profeta diz a todos: Eu vos trago a verdade,
enquanto o poeta, mais humildemente, limita-se
a dizer a cada um: eu te trago a minha verdade.*

[Mario Quintana, *Caderno H*]

Os poetas nos proporcionam essa bela possibilidade: a de brincarmos com a verdade e a mentira. De transitarmos da realidade para a ficção sem pedir licença para os guardiães das fronteiras técnicas e cansadas da dita alta cultura. A literatura, em especial a que merece esse nome, debate-se eternamente com a força dos brutos que tentam cientificizá-la. A literatura, ao conseguir captar as “verdades” fugidias e escorregadiças para os discursos e fórmulas científicas, consegue proceder à “destilação” daquilo que o escritor peruano Mario Vargas Llosa chama de “elixir da vida: a verdade escondida no coração das mentiras humanas” (2002, p. 25).

Este texto, que aqui apresento, tem um pouco essa pretensão: a de convidar todos aqueles e aquelas que, mesmo exercendo uma atividade acadêmica e científica, aceitam o desafio de construir um conhecimento que seja científico, sem deixar de ser sensível; que mesmo sendo acadêmico, não tenha medo do não erudito; que embora se pretenda construtor de “verdades”, não as tenha como as únicas nem definitivas. Enfim, um conhecimento que não aceite ser “descolado” da vida nas suas manifestações subjetivas e fantasmagóricas.

Refiro-me a uma ciência que, ao invés de dominar a natureza, busque, com ela, uma Nova Aliança. Essa Nova Aliança que é defendida, por exemplo, por cientistas como o Prêmio Nobel de Química Ilya Prigogine (1991). Para ele estamos vivendo um momento de transição paradigmática, no qual a ciência não mais precisa negar a possibilidade de uma

escuta poética e a aceitação de uma temporalidade fundada no acontecimento e no acaso, subvertendo uma temporalidade exclusivamente limitada ao cronológico, tempo mecânico, sincopado, ouse-se agregar aos valores tradicionais do pensar, territorialidades humanas não lineares – subjetividades, os processos contraditórios e fragmentados, fraturados, os vetores poéticos, a fragilidade e a não complementaridade.

Estou defendendo uma ciência que admita como legítima a conclusão do poeta português Fernando Pessoa, a seguir apresentada e, com a qual, finalizo essa introdução:

Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado um com o outro. Cada um me contou a narrativa de por que se haviam zangado. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou as suas razões. Ambos tinham razão. Ambos tinham toda a razão. Não era que um via uma coisa e outro outra, ou que um via um lado das coisas e outro um lado diferente. Não: cada um via as coisas exatamente como se haviam passado, cada um as via com um critério idêntico ao do outro, mas cada um via uma coisa diferente, e cada um, portanto, tinha razão. Fiquei confuso dessa dupla existência da verdade. [Fernando Pessoa]

ÁGUA MOLE EM PEDRA DURA...
TANTO BATE ATÉ QUE FURA!

1. DE NÚMEROS, PERCENTAGENS E CIFRAS: A TERRA PEDINDO ÁGUA

*Quando a árvore não dá frutos
Seus galhos se contorcem como mãos de enterrados vivos,
Os galhos desnudos, ressecos, sem o perdão de Deus!
E, depois, meu Deus, uma lenta procissão de retirantes...
De vez em quando um tomba, exausto à beira do caminho
Porque não há no lábio o frescor da água, a doçura do fruto*
[Mario Quintana]

Por muito tempo, falar de crise ambiental ou crise ecológica era coisa de ambientalista radical ou de “eco-chato”. Até autoridades governamentais e empresários destacados nacionalmente faziam cara de desentendidos quando o assunto eram os problemas ambientais. Alguns até respondiam que isso é coisa de “primeiro mundo”. Ficou célebre a postura do representante brasileiro na Conferência de Estocolmo (1992). Naquela ocasião, o Sr. João Paulo dos Reis Velloso, representante do governo brasileiro – ocupado, então, pelo ditador Emílio Garrastazu Medici - afirmou que a maior poluição do Brasil era o desemprego. Assim, as empresas estrangeiras, mesmo que poluidoras, eram muito bem-vindas se aqui resolvessem se instalar.

Passada pouco mais de uma década, o quadro se reverteu de forma bastante significativa. Pelo menos do ponto de vista teórico, ninguém mais ousa questionar a gravidade da questão ecológica local e planetária. Uma demonstração disso é que até mesmo os documentos oficiais, não só fazem menção explícita à gravidade das questões ecológicas como propugnam alternativas para as mesmas.

De todos os problemas ambientais contemporâneos, um tem recebido especial atenção não apenas das autoridades governamentais como, também, das entidades da sociedade civil. Essa atenção unânime se deve ao consenso de que estamos muito próximos de um grave colapso. Estou me referindo à água doce disponível no planeta terra. É sobre esse aspecto da crise ecológica global¹ que tratarei a seguir neste ensaio.

Quero abrir aqui um breve parêntese para deixar bem explícito, já de início, que não compartilho da visão simplista e reducionista de que existem problemas ambientais isolados de todo um contexto cultural e civilizacional. Ao contrário, só consigo vislumbrar alguma alternativa para os problemas ecológicos globais a partir de pensamentos e ações

¹ A expressão GLOCAL aqui usada é no sentido de reafirmar a perspectiva ecologista de pensar global e do agir local.

que partam de uma visão de complexidade sobre suas possíveis causas. Concordo com Morin (1995), quando ele afirma que estamos frente a uma crise ecológica planetária sem precedentes, que requer ações também nunca antes experimentadas. Defendo a idéia de que a questão ecológica é um tema de interfaces. Não restam dúvidas de que estamos frente a um tipo novo de acontecimento. E como sugere Baudrillard (2003), há que partir, então, para pensamentos e ações também novos. Se os eventos assumiram contornos desconhecidos, exigem pensamentos também desconhecidos.

Segundo Barcelos (2004), há que ter em mente que, para eventos únicos, há que se ter alternativas singulares. Não podemos tratar dificuldades novas com idéias antigas. Assim sendo, as alternativas para qualquer um desses pontos de estrangulamento deve ser buscada através de um trabalho também de interfaces. Nesse sentido é que vejo uma importante contribuição da idéia de complexidade que autores vêm defendendo, como o pensador francês Edgar Morin. Esse autor ensina que passamos, no momento, por uma policrise, pois a

agonia planetária não é apenas a adição de conflitos tradicionais de todos contra todos, mais as crises de diferentes tipos, mais o surgimento de problemas novos sem solução, é um todo que se alimenta desses ingredientes conflitantes, críscos, problemáticos, os engloba, os ultrapassa e torna a alimentá-los. A agonia morte-nascimento é talvez o caminho, com riscos infinitos, para a metamorfose geral (1995, p. 98).

Ao mesmo tempo em que denuncia essa situação de crise, Morin também coloca a possibilidade de surgir dela uma tomada de consciência, justamente como reação a essa agonia planetária. Teríamos como que um papel educativo nessa policrise, na medida em que levaria a humanidade a repensar seu destino e, em conseqüência, o destino do planeta-terra.

Embora este ensaio não tenha o objetivo de tratar em especial da questão da educação ambiental, quero registrar que o trabalho efetivo de educação para uma vida mais ecológica tem um papel fundamental tanto para o entendimento das origens complexas da crise ambiental, como para a gestação de alternativas para a mesma. Feita essa breve ressalva, retorno ao problema particular da água como um dos pontos de estrangulamento do atual modelo de vida da sociedade contemporânea.

Afirmava que a preocupação com a água está presente nos principais documentos oficiais que tratam do ambiente. Constatamos isso, por exemplo, na Agenda 21. Esse importante documento, resultante das discussões da

Rio-92, dedica um capítulo inteiro ao tema água. É o capítulo número 18, que leva o título: Proteção da Qualidade e do Abastecimento dos Recursos Hídricos: Aplicação de Critérios Integrados no Desenvolvimento, Manejo e Uso dos Recursos Hídricos. Nele encontramos, por exemplo, que

a água é um recurso indivisível. O desenvolvimento a longo prazo dos recursos mundiais de água doce requer um manejo holístico dos recursos e o reconhecimento da interligação dos elementos relacionados à água doce e à sua qualidade (1997, p. 331).

Segundo o próprio documento, estamos vivendo um momento em que são poucas as nações do planeta que não estão passando por algum tipo de agravo no que diz respeito a esse imprescindível componente do ecossistema planetário. Para os técnicos e ambientalistas que participaram das discussões das quais resultou a elaboração desse documento, é consenso que os problemas mais graves e urgentes relacionados à degradação das fontes de água estão relacionados ao seu uso inadequado e perdulário, ao controle inadequado dos efluentes industriais e domésticos, ao tratamento insuficiente e em local inadequado dos resíduos industriais e agrícolas, ao acelerado processo de desmatamento, à agricultura migratória e predatória dos ecossistemas naturais locais, a práticas agrícolas e de pecuária inadequadas para os diferentes ecossistemas invadidos. Enfim, a um conjunto de ações e práticas que não levam em consideração a diversidade, a fragilidade e a complexidade dos ecossistemas ambientais. Nas conclusões da Agenda 21, encontramos que

os ecossistemas aquáticos são perturbados e as fontes vivas de água doce estão ameaçadas... Os ecossistemas aquáticos são também afetados por projetos de desenvolvimento de recursos hídricos para a agricultura, tais como represas, desvio de rios, instalações hidráulicas e sistemas de irrigação... Erosão, sedimentação, desmatamento e desertificação levaram ao aumento da degradação do solo e a criação de reservatórios resultou, em alguns casos, em efeitos adversos sobre os ecossistemas (1997, p. 345).

Como se pode perceber, não é difícil se chegar a um acordo, do ponto de vista técnico, sobre a gravidade do problema ecológico no que diz respeito à água doce. Como muito bem lembra o ambientalista e jornalista Washington Novaes (2002), não precisa ser nem xiita nem “ecochoato” para admitir que já vivemos uma crise dramática da água. Ele apresenta mais algumas informações que parecem dirimir quaisquer dúvidas que ainda possam restar sobre a gravidade da questão. Segundo a Organização das

Nações Unidas (ONU), 98% da água existente no planeta terra é salina, imprópria, portanto, para o consumo humano direto. Sua utilização requereria altos custos, insustentáveis para a maior parte das nações. Por outro lado, dos 2% que restam, não mais de 0,014% estão disponíveis para a utilização em rios, lagos e pequenos cursos d'água. O restante se encontra em depósitos subterrâneos e, assim como a dessalinização, exigem um alto custo para serem viabilizados para o consumo humano. Como se não bastassem esses números, ainda ocorre que, em torno de 75% da água disponível, é carregada para a agricultura. Assim, dos 27% de 0,014%, restam apenas 0,003% da água total. São cifras e números como esses que respondem por que 2/3 dos habitantes do planeta só tinham à sua disposição cerca de 50 litros de água por dia. Isso representa cerca de uma sétima parte do que consome um norte-americano médio ou europeu (NOVAES, 2002). Ainda segundo esse autor, não é de causar espanto que alguns já falem em guerras futuras, em que o motivo será a disputa pela água potável.

Para agravar ainda mais o quadro, a água disponível para o consumo está constantemente sendo poluída nas mais diferentes regiões do planeta. O grau de poluição é tão alto e persistente que, até mesmo, mares e oceanos apresentam índices elevadíssimos de contaminação por diferentes tipos de agentes poluentes – químicos, biológicos, radiológicos, etc.

Como se não bastasse, a era planetária, que ora vivemos, ainda permanece fortemente impregnada pela visão cartesiana e mecanicista de mundo, inaugurada nos séculos anteriores. Os eventos hoje, nessa sociedade pós-moderna e planetarizada, são transnacionais em sua grande parte. Isto acaba por gerar também problemas transnacionais. Dentre esses, a degradação ambiental é talvez aquela que se manifesta de forma mais intrinsecamente transnacional. Boaventura Santos (1995) é taxativo quando diz que, dentre os tantos problemas a serem enfrentados pelo sistema mundial, o esgotamento ambiental é talvez o mais transnacional. Sendo assim, conforme for enfrentado, poderá levar tanto a um conflito entre os países do primeiro e do terceiro mundo, como poderá gerar as bases para um exercício de solidariedade internacional e intergeracional. O futuro está indefinido, aberto a ambas as possibilidades. Só sairemos vencedores, contudo, se a segunda prevalecer sobre a primeira. No entendimento de Boaventura Santos (1995), as perspectivas não são nada animadoras, no que concordo com o autor. A maneira como coloca a questão ambiental, parece-me bastante realista e correta. Penso que essa maneira de ver os problemas ecológicos, no planeta-terra, só vem referendar a necessidade de tratá-los através de uma aliança a favor de todos, e não contra alguém,

como normalmente acontece quando se faz uma aliança. A maneira como decidimos enfrentar o problema da água é decisiva para conseguirmos ou não algum resultado que evite ou, pelo menos, postergue por algumas décadas a mais o colapso total de abastecimento hídrico no planeta-terra.

Aqui gostaria de, novamente, abrir mais um pequeno parênteses. Para gestarmos um futuro social e ecologicamente mais justo para o conjunto da humanidade - realmente humanizada - um ponto fundamental de começo é a ruptura com a idéia de que natureza e cultura se excluem mutuamente. Ruptura com a idéia de um ser humano apartado da natureza, como se dela um dia tivesse deixado de fazer parte. Algo semelhante ao que defende o poeta e ensaísta mexicano Octávio Paz quando adverte que não tem mais sentido pensar em termos de relação entre seres humanos e natureza a partir da idéia de domínio. Um domínio alicerçado, entre outras coisas, em uma forma de pensar e fazer ciência, pois o mundo passou a ser visto como um “imenso laboratório”, onde homens e mulheres modernos exerceriam suas experimentações, levando àquilo que Paz (1994) tão sabiamente criticou, afirmando que, na Idade Moderna, a natureza foi definitivamente dessacralizada, primeiro pelos alquimistas, depois pelos seus herdeiros mais próximos: os cientistas modernos. Esses, com manipulação das propriedades da natureza e de seus elementos, acreditavam chegar “às suas verdades”. Com isso, a natureza deixou de ser vista como um lugar de mistérios e algo que tinha um valor além do econômico, transformando-se em um mero objeto de experiências científicas. É o mundo natural visto como um imenso “laboratório”.

Uma nova relação entre seres humanos no e com o mundo exige uma nova atitude que passa, a meu ver, pela humildade de se deixar de querer dominar a natureza, e se passar a dialogar com ela. Estaríamos seguindo uma bela pista sugerida por Prigogine (1991), ao defender que, ao mesmo tempo que a ciência procura descrever a natureza, nela deve buscar situar-se. A idéia de dominar, controlar a natureza, se um dia foi razoável, hoje se mostra insensata, pois, segundo Maturana (1998), se continuarmos guiados pela representação de controle, de dominação, essa nos tornará cegos à nossa circunstância porque nela buscamos a dominação, que elimina o outro. Nos acostumamos a acreditar que o conhecimento nos permite controlar, dominar. Para Maturana, isso é mais uma ilusão do pensamento científico ocidental moderno: “O conhecimento não leva ao controle. Se o conhecimento leva a alguma parte, é ao entendimento, à compreensão, e isto leva a uma ação harmônica e ajustada com os outros e o meio” (1998, p. 55).

Não basta, no entanto, constatar a insensatez desta idéia de dominação da natureza. É necessário buscar a construção de um diálogo entre as possibilidades de barbárie da sociedade do final do século XX, (destruição ambiental, guerras étnicas, religiosas, econômicas) e as possibilidades positivas que também nascem nesse mesmo final de século - mundialização da luta ecológica, da luta por democracia, por liberdade, por paz, por direitos das mulheres, dos índios, dos homossexuais. Enfim, dos vários grupos que foram historicamente discriminados (BARCELOS, 2003). Esse tipo de diálogo não deve ser buscado apenas pelas nações, pelas instituições internacionais, mas sim por todos os indivíduos, o que foi a grande busca do final de século e de milênio, quando temos um mundo que foi incapaz de tornar-se mundo. Uma humanidade que também não conseguiu ainda humanizar-se. Retorno ao tema água para encerrar este fragmento.

Como está escrito metaforicamente no início deste item, a terra está, literalmente, pedindo água. Curiosamente, como podemos constatar, não é por falta de informações técnicas sobre a gravidade do problema da água que ele está se agravando. Ousaria dizer, também, que não é por falta de conhecimento científico que chegamos ao nível atual de crise de desabastecimento. Ao contrário, o que se pode dizer é, justamente, o contrário: boa parte dos problemas ecológicos em geral, e da água em particular, deve-se ao acelerado processo de industrialização, tecnificação e mercantilização da sociedade moderna. Não é por déficit de conhecimento científico e técnico que deixa de ser resolvida grande parte dos problemas ambientais. Ouso afirmar que o conhecimento não muda, necessariamente, nossas posturas frente ao mundo. Conhecer racionalmente uma dada situação não nos faz mais solidários, cooperativos e ecologicamente comprometidos com os destinos dos demais componentes deste já tão degradado planeta-terra.

Encerro este fragmento perguntando: quem sabe, ao invés de tanta ciência e tanta racionalidade, não deveríamos colocar um pouco mais de poesia, de música, de amor, enfim, de ética e estética nas nossas relações com as demais formas de vida e de existência? Por que não optar mais pela dança do que pela marcha? Pela *poiésis* que pela *práxis*? Afinal de contas, para que serve o rigor de um conhecimento científico se ele acaba nos levando para a barbárie social e ecológica? Como indaga o filósofo francês Michel Serres: “De que vale o rigor de um teorema, se ele acaba por levar ao homem o sofrimento, a morte, ou ainda, uma sociedade totalitária?” (1991, p. 141).

ÁGUA MOLE EM PEDRA DURA...
TANTO BATE ATÉ QUE FURA!

Comecei esse item com um poema de Mario Quintana e o encerro com outro poema transformado em música pelo também ecologista e músico Guilherme Arantes:

“Água que nasce na fonte serena do mundo

...

Águas que banham aldeias
E matam a sede da população

...

Água que o sol evapora
Pro céu vai embora
Virar nuvens de algodão

...

Águas que movem moinhos
São as mesmas águas
Que encharcam o chão
E sempre voltam humildes
Pro fundo da terra, pro fundo da terra,
Terra planeta água...terra planeta água”!

[Terra Planeta Água – Guilherme Arantes]

Até quando a água vai continuar chovendo e molhando o fundo da terra e matando a sede do planeta?

2. AS ÁGUAS DE MARÇO... ESTÃO SE (ES)GOTANDO

*Esta lagoa está com febre.
Inchou. A água parou.
Ai, eu era um rio solteiro
Vinha bebendo o meu caminho
Mas o mato me engoliu*
[Raul Bopp, 1998]

Infelizmente não são apenas as águas de março que estão se esgotando. São, também, as de abril, maio, junho, julho. Enfim, são as águas do ano todo. E estão se esgotando em vários sentidos. Muitos de nossos rios, riachos, lagos e lagoas estão virando verdadeiros esgotos – lugar encarregado de receber as águas pluviais e os detritos de um aglomerado populacional. Muitas de nossas águas que um dia foram gotas cristalinas, hoje, são ex-gotas. Secaram.

A dramática situação de poluição e/ou de diminuição dos volumes de água potável pode ser constatada em muitos locais do planeta. Os rios são literalmente esgotados. Por exemplo, o maior rio da China, o rio Amarelo, não tem suas águas chegando à foz por mais de dois terços do ano. É tamanha a sua utilização para a agricultura, e para o consumo doméstico e industrial que ele chega a secar em várias partes de seu trajeto em diversas épocas do ano (NOVAES, 2002). Na ex-Alemanha Oriental, a situação dos rios e mananciais de água foi levada ao verdadeiro colapso em função da poluição industrial e do total descaso das autoridades governamentais ao longo de várias décadas de ecologicamente irresponsável utilização. Na ex-União Soviética, não foi diferente o tratamento dispensado às águas. Com a queda do muro, em 1989, o restante do planeta ficou sabendo com mais transparência que a destruição ecológica não era algo que pudesse ser atribuída, pura e exclusivamente, ao modelo capitalista de exploração econômica. Ao contrário, o que se viu foi que, quanto aos problemas ecológicos, as fronteiras são de outro tipo.

Historicamente a sociedade, e notadamente a sociedade industrial moderna, estabeleceu com a ciência e com a técnica uma relação que as superestimou. Esse equívoco tanto foi cometido pelo capitalismo como pelo socialismo ou comunismo. Ambos, ao tomarem tal posição, contribuíram para a legitimação de uma racionalidade pouco ética em relação à natureza. Na sociedade de orientação capitalística², o lucro foi o móvel que impulsionou o desenvolvimento predatório do ambiente, não levando em conta nem mesmo a possibilidade da escassez futura dos chamados “recursos naturais”. Já nas sociedades em que o modelo foi o comunista ou socialista (Europa Central), o lucro não era o principal objetivo - pelo menos assim não foi assumido - no entanto, a busca de um aumento constante do número de empregos, a busca de maior produção e produtividade e a corrida por melhoria da qualidade de vida da população, também não levaram em conta as possibilidades de esgotamento do ambiente.

Como podemos ver, a forma como a questão ambiental foi tratada não teve diferenças muito marcantes no que diz respeito à irresponsabilidade com que as elites dirigentes trataram o ambiente. A pergunta que gostaria de deixar sobre isso é: terão os países fora do eixo econômico hegemônico sabedoria e bom senso suficientes para optarem pela construção de uma via alternativa aos modelos até então conhecidos? No momento, o que se tem visto é uma adesão aos modelos de desenvolvimento já em esgotamento

² A expressão “Capitalística” é no sentido em que o usa Guattari (1991), quando diz não ter havido diferença significativa quanto à forma como o mundo capitalista e o socialista ou comunista relacionaram-se com o seu ambiente.

nos países do dito “primeiro mundo”. O questionamento a estes modelos é apenas uma das possibilidades. Nada, porém, ou muito pouco, incita-nos a acreditar em sua realização.

Aliada a essa situação, temos uma visão de ciência que acreditou resolver todos os problemas de forma pacífica e sempre saudável. Uma ciência marcada pela fragmentação do conhecimento que, ao ser estudado em partes dissociadas, por cientistas cada vez mais especializados, cada um em sua região do saber, fez com que muitas descobertas que poderiam ser de grande ajuda para construir-se o entendimento, por exemplo, da natureza e suas regras de interação, ficassem perdidas nos labirintos e escaninhos burocráticos da produção fragmentária do conhecimento.

Essa postura de isolamento é incompatível hoje com o avanço da própria ciência que enveredou por caminhos cada vez mais complexos e, em conseqüência, cheios de incertezas. Incertezas que não são empecilhos e sim novas pistas para a aventura da busca, ao contrário das certezas e verdades que não a deixaram perceber os sinais que, por momentos, delatavam a falha dos sistemas acabados, para fazer entender, perceber os fenômenos na sua complexidade. Já nos é possível repensar essas complexas relações da sociedade com a ciência, a filosofia e a técnica. Mais do que possível, é necessário. Para Gonçalves (1990), embora toda a sociedade necessite ter um aparato técnico, sua relação com a técnica não precisa ser a mesma. Nesse sentido é que não se constitui em nenhum absurdo pensarmos em uma ciência aliada a um mundo social e ecologicamente sustentável. Uma ciência que Reigota (1997) denomina de ciência em bases ecologistas. Não podemos nos esquecer de que a modernidade se fez a partir de dois princípios de construção do conhecimento. O primeiro é o conhecimento-regulação e o segundo o conhecimento-emancipação. O conhecimento que se hegemônizou, no entanto, foi o conhecimento regulação, dominando e, na maioria das vezes, anulando as possibilidades de implementação e institucionalização do conhecimento-emancipação. Essa situação deveu-se, fundamentalmente, à forma como a ciência moderna se tornou dominante, hegemônica sobre as demais formas de pensar e produzir conhecimento na sociedade.

Como alternativa a essa situação é que Boaventura Santos (2000) propõe os fundamentos do que denomina de uma teoria crítica pós-moderna. Para ele, é a partir da retomada da idéia de conhecimento-emancipação, que foi desprezada pela modernidade, que a teoria crítica pós-moderna irá se constituir. Nesse tipo de conhecimento, todo ato de conhecer é também um ato de reconhecer, no sentido de que o outro não

mais é visto, tomado, apenas como um objeto, mas sim, como sujeito do conhecimento. Nesse fato residiria, a meu ver, a diferença fundamental entre o conhecimento-emancipação, base para uma crítica pós-moderna, e o conhecimento-regulação hegemônico na modernidade. Santos denomina esse conhecimento de Solidariedade. Para esse autor,

Estamos tão habituados a conceber o conhecimento como um princípio de ordem sobre as coisas e sobre os outros que é difícil imaginar uma forma de conhecimento que funcione como princípio de solidariedade. No entanto, tal dificuldade é um desafio que deve ser enfrentado. Sabemos nós hoje o que aconteceu às alternativas propostas pela teoria crítica moderna; não nos podemos contentar com um pensamento de alternativa. Necessitamos de um pensamento alternativo de alternativas (2000, p. 30).

A prática da solidariedade está vinculada, entre outros fatores, ao reconhecimento, à aceitação e à defesa do direito do outro ao exercício de seus desejos e vontades. A construção do conhecimento-emancipação está diretamente ligada à idéia de diversidade cultural. Assim, a construção de um conhecimento multicultural, segundo Santos, enfrenta duas grandes dificuldades: o silêncio e a diferença. O silêncio a que se refere Santos tem muito a ver com o processo moderno de hegemonia do conhecimento-regulação que foi exercido como principal forma de dominação e até mesmo de aniquilação cultural de diversos povos, etnias e culturas, durante o processo de colonialismo ocidental. Essa forma de relação de dominação colonialista levou à produção de silêncios que

tornaram impronunciáveis as necessidades e as aspirações dos povos ou grupos sociais cujas formas de saber foram objeto de destruição. Não nos esqueçamos que, sob a capa dos valores universais autorizados pela razão, foi de fato imposta a razão de uma 'raça, de um sexo e de uma classe social' (SANTOS, 2000, p. 30).

A questão que se coloca neste momento de transição paradigmática é como estabelecer um diálogo quando muitas culturas foram silenciadas, deixando mudas as suas formas de conhecimento que lhes proporcionavam entender e, conseqüentemente, produzir suas condições de existência neste mundo? A segunda dificuldade enfrentada pelo conhecimento-emancipação, a diferença, é decisiva para a prática da solidariedade, pois a solidariedade só se torna possível na diferença, no diálogo com o outro e não na dominação e/ou anulação deste ou de suas diferenças. A viabilização

deste diálogo, dessa relação de solidariedade passa, necessariamente, pela aceitação e institucionalização de que todo conhecimento é sempre dependente das condições que tornaram possíveis a realização, ou seja, o conhecimento é uma produção contextualizada.

Ao mesmo tempo em que todo conhecimento é uma produção que tem vínculos com a cultura na qual está imerso, torna-se necessário aquilo que Boaventura Santos (2000) denomina de uma “teoria da tradução”. Essa teoria da tradução constitui-se em um componente decisivo, fundamental para a construção da teoria crítica pós-moderna, sem a qual o diálogo entre essas formas diferentes de conhecimento ficaria inviabilizado. É essa teoria da tradução que, segundo Boaventura Santos (2000, p. 31), tornaria uma “necessidade, uma aspiração, uma prática numa dada cultura compreensível e inteligível para outra cultura”. É a partir dessa constatação que se depreende a necessidade de construção de um conhecimento que “Seja um conhecimento prudente, finito, que mantenha a escala das ações tanto quanto possível ao nível da escala das consequências” (SANTOS, 2000, p. 32). Estaríamos dessa forma contribuindo para diminuir aquilo que Octávio Paz (1994) denominou de “empobrecimento do mundo”, decorrente do aniquilamento da história e da cultura de inúmeros povos e sociedades.

3. GOTEJANDO UTOPIAS...

Certa vez um enólogo perguntou a um astrofísico, seu amigo, o que ele via quando olhava no fundo de uma taça de vinho bordelês, que estavam bebendo, e obteve a seguinte resposta:

“Vejo o nascimento do universo, pois vejo as partículas que se formaram nele nos primeiros segundos. Vejo um sol anterior ao nosso, pois nossos átomos de carbono foram gerados no seio desse grande astro que explodiu. Depois, esse carbono ligou-se a outros átomos nessa espécie de lixeira cósmica em que os detritos, ao se agregarem, vão formar a Terra. Vejo a composição das macromoléculas que se uniram para dar nascimento à vida. Vejo as primeiras células vivas, o desenvolvimento do mundo vegetal, a domesticação da vinha nos países mediterrâneos. Vejo as bacanais e os festins. Vejo a seleção das castas, um cuidado milenar em torno dos vinhedos. Vejo, enfim, o desenvolvimento da técnica moderna que hoje permite controlar eletronicamente a temperatura de fermentação nas tinas. Vejo toda a história cósmica e humana nesse copo de vinho, e também, é claro, toda a história específica do bordelês”.

Acredito que essa pequena história tem muito a nos ensinar sobre a maneira como construímos conhecimento; quanto à forma como nos acostumamos a dividir os saberes em disciplinas; quanto à nossa visão imediatista e utilitarista em relação a tudo aquilo que decidimos o que deve ser de nossa propriedade. Enfim, mostra-nos uma outra forma de ver o mundo, diferente daquela fragmentária e instrumental que se hegemonizou na sociedade moderna. Uma forma de ver que desconsidera os fenômenos em suas complexidades, fragilidades e diversidades de sons, cores, sabores e saberes.

Ao contrário do astrofísico que não se detém apenas nos aspectos da sua disciplina científica, nós, de uma maneira geral, não conseguimos pensar sobre as questões de nosso cotidiano, e de nossa ciência, de uma maneira complexa e transdisciplinar. Não por acaso temos uma imensa dificuldade de pensar, por exemplo, sobre a crise da água a partir de uma visão que não se restrinja aos aspectos técnicos e racionais da questão. Certamente que a isto se deve, em muito, o fato de, mesmo tendo acumulado tanta informação e tanto conhecimento científico, ainda não termos conseguido pensar alternativas que realmente comecem a mudar nossa relação com esse componente fundamental para nossa vida cotidiana e planetária.

Não por acaso uma das primeiras lições sobre a água, que aprendemos na escola, é que ela não tem COR, AROMA nem GOSTO...ora francamente! Com uma receita pedagógica dessas, como é que poderíamos esperar que as crianças, quando adultas, se preocupassem em cuidar de algo assim tão sem graça?!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELOS, V. *Império do Terror* – um olhar ecologista. Porto Alegre: Sulina, 2004.

BAUDRILLARD, J. *Power Inferno*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

BOPP, Raul. *Poesia Completa*. São Paulo: José Olympio/EDUSP, 1998.

GONÇALVES, C.W.P. *Os (Des)caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1990.

GUATTARI, F. *As três Ecologias*. São Paulo: Papirus, 1991.

LLOSA, M. V. *La verdad de las mentiras*. México: ALFAGUARA, 2002.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

ÁGUA MOLE EM PEDRA DURA...
TANTO BATE ATÉ QUE FURA!

- MORIN, E. *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- NOVAES, W. *A década do impasse – da Rio-92 à Rio+10*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- PAZ, Octávio. *Obras Completas*. V. III. México: Fondo de Cultura Econômica, 1994. 14v.
- PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A Nova Aliança*. São Paulo: EDUSP, 1991.
- QUINTANA, M. *Água/water/agua*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.
- REIGOTA, M. *A contribuição da ciência ao desenvolvimento com base ecologista*. Santa Cruz do Sul: Revista REDES, v. 2, n. 1, Julho 1997.
- SANTOS, S. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. v. 1. São Paulo: Cortez, 2000.
- SENADO FEDERAL/BRASIL. AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília, 1997.
- SERRES, M. *O Contrato Natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.